

IMERSÃO DO CRAS NO BAIRRO XXX/RJ: Compreensão e Reconstrução de Territorialidades em Ambiente de Vulnerabilidade

Ilanna Pinheiro da Costa Medeiros¹

Gabriella Santos Ramalho²

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto³

Resumo

O artigo trata-se de um recorte de pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos de Violência contra Crianças e Adolescente. O trabalho une discussões da análise de conteúdo e o conceito de territorialidade nas falas de profissionais da Assistência Social do Município de XXX, o Centro de Referência de Assistência Social. Dentre os objetivos, questiona-se como os profissionais percebem esse território e como o equipamento tem atuado dentro dessas vivências. O método utilizado foi análise qualitativa, com entrevista semiestruturada. Discute-se a compreensão do território em que o CRAS está inserido, a percepção dos profissionais e a construção de novas territorialidades a partir do trabalho, entendendo suas limitações, avanços e estigmas. Como resultado dessa pesquisa, foi verificada a construção de uma relação recíproca e pertinente no território, uma imersão da equipe técnica ao cotidiano da comunidade, e a adesão deste equipamento a vivência dos moradores, sendo um serviço de ação potente.

Palavras-chaves: Assistência Social. CRAS. Territorialidade. Equipe Técnica. Vulnerabilidade Social.

CRAS IMMERSION IN THE XXX/RJ NEIGHBORHOOD: Understanding and Reconstruction of Territorialities in Vulnerability Environment

Abstract

¹Mestre em psicologia pela UFRRJ.

²Mestranda em psicologia pela UFRRJ.

³Mestre e Doutora em psicologia pela UFRRJ.

The article is a research clipping conducted by the Laboratory for Studies of Violence against Children and Adolescents. The work combines discussions of content analysis and the concept of territoriality in the speeches of Social Assistance professionals in the Municipality of XXX the Social Assistance Reference Center. Among the objectives, it is questioned how professionals perceive this territory and how the equipment has acted within these experiences. The method used was qualitative analysis, with semi-structured interviews. It discusses the understanding of the territory in which the CRAS is inserted, the perception of professionals and the construction of new territorialities from work, understanding its limitations, advances and stigmas. As a result of this research, it was verified the construction of a reciprocal and relevant relationship in the territory, an immersion of the technical team in the daily life of the community, and the adherence of this equipment to the residents' experience, being a powerful action service.

Keywords: Social Assistance. CRAS. Territoriality. Technical Team. Social Vulnerability.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), cuja aprovação se deu pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, número 819 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18). Tem por objetivo analisar as noções de territorialidade vividas por profissionais de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como os profissionais percebem o território no qual estão inseridos, e como ocorre o desenvolvimento do serviço na região, na aproximação dos sujeitos com direitos sociais e recursos, bem como na construção de novas territorialidades.

A política de assistência e saúde hoje se entretecem em rede, em um modelo de cuidado à famílias e proteção integral, este por sua vez, é diferente do que ocorria outrora, em cuidados pontuais e não-sistemáticos, conforme descreve Toscano (2019). Entre as medidas de proteção integral, identifica-se o CRAS, que compõe as estratégias de Proteção Social Básica e, segundo Toscano (2019), atualmente, a política pública se estrutura em nosso país a partir dos conceitos de

Proteção Social básica e Proteção Social Especial. O primeiro, desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem como objetivo a prevenção e diminuição das vulnerabilidades sociais. O segundo, por sua vez, pondera situações de alta complexidade e está sob atenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), agindo de modo protetivo, quando já ocorreu uma situação de violação de direitos.

Mais especificamente, o CRAS tem por objetivo atuar “em áreas de vulnerabilidade e risco social, ofertando proteção básica como atenção integral para as famílias, ação de prevenção no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (ABRINq, 2015). Segundo Brasil (2014) o CRAS é aquele que se coloca como linha de frente na aproximação com direitos universais em diferentes recortes sociais, sendo uma porta de entrada, um contraponto em regiões de vulnerabilidade. Ao considerar o histórico de nosso país na construção do que hoje entendemos de Assistência Social, é necessário um breve retorno histórico. Segundo o caderno de orientações técnicas do CREAS (2011) a Assistência Social foi considerada política pública de direitos, a partir da Constituição de 88, sendo vista como Política de Proteção Social, se desvincilhando, assim, de um caráter assistencialista de cuidado.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei n. 8742/1993) também reassegurou a responsabilidade Estatal no gerenciamento e manutenção da Assistência Social em nosso país. A LOAS é considerada um marco dessa construção da Assistência Social atual (BRASIL, 1993), visto que instaurou a Assistência Social como Política de Seguridade Social não contributiva, ou seja, a assistência social não requer contribuição para obtenção dos benefícios.

Esta lei também define em seus objetivos, amparo e proteção à infância e adolescência carentes, sendo a proteção estendida à família, à maternidade e à velhice. Ademais, a LOAS destaca que o trabalho da assistência social deve ocorrer “de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 1993).

Destaca-se que é através da LOAS que chega ao fim uma longa história de assistencialismo vigente no país, no qual o indivíduo é destinatário de um favor e não detentor de um direito, tendo negada sua identidade e seu pertencimento a uma classe social.

Ao passo que a lei é promulgada e nela é atribuída o estatuto de política de seguridade social, outorga-se ao Estado a responsabilidade do atendimento às necessidades dos indivíduos, um novo sentido é dado ao campo da assistência social (COUTO, 2014). O autor ainda destaca a centralidade do Estado para a garantia dos direitos sociais como uma novidade conceitual na história da assistência no Brasil.

Segundo Couto (2014), as diretrizes da LOAS tinham como propósito materializar a assistência social em meio a sociedade brasileira através da implementação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.. Todavia, muitas barreiras foram enfrentadas desde a promulgação da lei até propriamente sua execução, foram treze anos de busca por um contra movimento, não mais assistencialista, mas sim na busca de direitos efetivos.

Em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da resolução nº 145, aprovou a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2005). A PNAS, fruto de um processo democrático e colaborativo, pensa os projetos e propostas da Assistência dentro do SUAS, de modo descentralizado e participativo, juntamente com as demais instâncias e setores das políticas públicas. A PNAS é responsável por pensar as especificidades do trabalho de proteção social, que vai dos usuários, ao modo de operação e aos objetivos da atuação (BRASÍLIA, 2011).

Fundamentada nas diretrizes da LOAS, a PNAS organizou o SUAS Este por sua vez, é um modelo de gestão que objetiva operacionalizar as ações da assistência social “deve ser estruturado a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta a essas demandas” (COUTO, 2014, p. 48). O SUAS divide a assistência social em dois tipos de proteção social, como mencionado anteriormente: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Segundo o Caderno do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), para se pensar em estratégias de ações frente a situação de pobreza e demais situações de vulnerabilidades, é preciso unir trabalho social com acesso a possibilidades de renda, direitos e serviços públicos. Diante disso, para que o SUAS se implemente, é necessário compreender as múltiplas faces que nosso território, enquanto país, apresenta e como atender a diferentes recortes regionais.

Assim, importa entender sobre a cultura, a história, as famílias, sejam em aspectos físicos ou simbólicos, para que seja possível pensar em estratégias de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e fortalecimento das relações, participação social. Para tal, o SUAS lança mão do conceito de território, em uma união de conceitos da geografia com a assistência social, garantindo um amplo olhar sobre as relações humanas e suas interações (BRASIL, 2014).

No que tange ao serviço do CRAS, é importante construir as noções de território para que se pense nos locais de sua implementação, suas ações nesse espaço e na produção de territorialidades, verificando históricas e presentes desigualdades nas relações ali inseridas; discutir sobre a noção de território fala sobre a possibilidade de fortalecer esse debate no campo da política pública, e não somente como um conhecimento teórico, construindo oportunidades sociais e acesso aos direitos básicos (BRASIL, 2014).

Sendo assim, a região em que se localiza um CRAS precisa receber possibilidades de garantia de direito, a partir do Estado. Pensar em territorialização é garantir que serviços e propostas estejam próximas às diferentes comunidades, inserindo-se nas vivências de vulnerabilidades e permitindo que as ações de políticas públicas possam alcançar todo o país, em uma ação conjunta do SUAS, sendo a forma mais efetiva no enfrentamento das desigualdades sociais (BRASIL, 2014). O Caderno chama ainda atenção ao fato de que “disseminar direitos, assim, é também produzir seus territórios” (BRASIL, 2014, s/p).

Para Santos (2004), é urgente pensar nas necessidades do território. Não somente físicos e naturais, mas também afetivos, relacionais, culturais. Segundo Kraemer (2013), considerar territorialidades é ponderar o significado dos espaços,

dos locais onde os sujeitos constituem família, trabalham, criam laços e história. Sposati (2013) reafirma ainda que pensar em território vai além de um lugar, e parte de relações, identidades e experiências vividas naquela região. É percebendo esse território, de modo sociodemográfico, que se fundamenta o PNAS. O CRAS, então, se aproxima de locais em situação de vulnerabilidade, compreende esse território, ao passo que constrói novas territorialidades na aproximação com direitos e acesso a recursos (BRASIL, 2014).

O local onde um CRAS vai ser inserir não ocorre, então, de modo impensado ou sem propósito, mas insere-se onde se identifica exclusões sociais. Mais ainda, “O CRAS, assim, pode ser interpretado como o objeto geográfico que permite a maior capilaridade das ações da PNAS e, ao mesmo tempo, permite e viabiliza o funcionamento do SUAS na escala nacional” (BRASIL, 2014, s/p). Entender as características daquela população é o trabalho inicial básico e fundamental do CRAS, para que se possa observar os diferentes territórios ali encontrados, pensar em ações e construções novas vivências naquele espaço.

Diante dessas reflexões, o presente artigo se propõe a pensar os territórios inseridos nas ações do CRAS, percebendo também qual a prática desse equipamento. Sobre isso, Sposati (2013) afirma que só se pode nomear um equipamento de um serviço quando se verifica a ação no território, uma relação entre equipamento e sociedade, entre a equipe técnica e aqueles que ali residem. Para isso, é importante se pensar no preparo das equipes para o pleno funcionamento dos equipamentos. Quando não há essa troca, interação e habilitação dos profissionais, percebe-se equipamentos que não se tornam serviços à comunidade, só existem no espaço, mas esvaziados da ação que se propunha. E esse é um dos questionamentos a serem respondidos ao longo desse artigo.

Local da pesquisa e seus desafios

Essa pesquisa foi realizada pelo LEVICA, um projeto de pesquisa e extensão que ocorre na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que possui um estágio profissionalizante para discentes de psicologia da Universidade, em parceria com a ONG Associação Vida Plena de Mesquita (AVMP). O estágio coordenado em parceria com o LEVICA oferece atendimento psicoterapêutico, pela perspectiva da terapia cognitivo-comportamental (TCC) e terapia do esquema (TE), a crianças e adolescentes vítimas de violência, bem como acolhe e orienta os familiares e cuidadores envolvidos. O trabalho de intervenção possui, interface com a Assistência Social dos municípios envolvidos com o trabalho, tendo inserção com os equipamentos de Assistência Social e proteção integral de crianças e adolescentes, como Vara da Infância, Casas de Acolhimentos, Conselhos Tutelares (AUTORA, et al., 2019).

Dentre algumas de suas finalidades estatutárias a Associação tem o objetivo de, através de seus trabalhos sociais nas áreas educacionais, profissionalizantes e recreativos, combater a violência, a fome e a pobreza marcantes na região. Todas as suas ações nutrem a missão de contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes por meio de atividades voltadas para a inclusão social, educação, cultura, esporte, saúde, assistência social e lazer (AUTORA, 2020).

A presente pesquisa foi realizada na mesma localidade, visando melhor aprofundamento das territorialidades da região, e melhor desenvolvimento assistencial, trazendo uma devolutiva para o município. Segundo dados de Autora (2020), a rede de Assistência do município estudado contém 05 CRAS, 01 Conselho Tutelar, 01 Vara da Infância e Adolescência, 01 Casa de Acolhimento, e 01 CREAS. O CRAS em questão contém 01 psicólogo e 01 Assistente Social como equipe técnica.

A partir de uma entrevista semiestruturada realizada com os profissionais do CRAS, o conteúdo captado foi tabulado e analisado usando como direcionamento o método de análise de conteúdo da Laurence Bardin. Neste artigo, unimos essa

pesquisa a discussão sobre a territorialidade, compreendendo quais características principais foram território que essa pesquisa se debruça, e qual a percepção dos profissionais sobre esse território e qual o impacto do equipamento para esse local, na dimensão de território na promoção de cidadania (BRASIL, 2014).

É válido ressaltar que XXX é um município que, segundo o IBGE no senso de 2010, há 176.569 habitantes, com densidade demográfica de 4.310,48 habitantes/km². Com relação a trabalho e rendimento da população, o senso do IBGE (2018) apontou que 9,3% da população estava ocupada, e 36,5% da população tinha até 1/2 salários mínimos mensal. O site do IBGE também informa que o município está emancipado de Nova Iguaçu desde 1999.

Para imergir ao local em que essa pesquisa se propõe, é preciso entender questões de vulnerabilidades sociais e econômicas que percorrem o recorte de pesquisa. Conforme descreve o site do Olerj, Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro existem questões de desigualdades socioeconômicas na Baixada Fluminense, apontando que as cidades da região se apresentam com crescimento sem planejamento e aponta o município de XXX, juntamente com Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e Queimados, são municípios representativos dessa vivência.

Além disso, o Mapa da Desigualdade da Baixada Fluminense (2020) aponta que, neste município, assassinatos de pessoas negras pelo próprio Estado totalizaram 93,8% dos casos. O Mapa demonstra que cerca de 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana precisam pendular para regiões da capital do Rio de Janeiro para buscar opções de emprego, educação e até de saúde. Ainda, a região de XXX tem um percentual de 8,3 empregos a cada 100 habitantes. O mesmo documento, juntamente com o Censo do IBGE de 2010, aponta para uma renda média que varia entre 500 a 750 reais mensais para população de XXX, tendo também a raça negra como maior percentual da população.

O Mapa das Desigualdades da Baixada Fluminense (2020) também demonstra alguns índices de violência e indica que, segundo o Instituto de

Segurança Pública, ISP (2019)⁴, o município de XXX havia contabilizado 29,9% de registros de crimes violentos contra vida, praticados por agentes do Estado, dado contabilizado para cada 100 mil habitantes. O município também não apresenta nenhum percentual de orçamento para cultura. Tais dados são importantes para entender as necessidades da população, as dificuldades já postas e a noção de que território estamos nos inserindo, marcado por violações de direitos e vulnerabilidades.

Considerando mais especificamente o bairro da XXX Ferreira (2017, p.25) aponta que “A marginalização descrita pela mídia leva a ter uma interpretação extremamente equivocada e errônea do bairro, direcionando a uma concepção completamente diferente da sua realidade”, e revela que o bairro é constantemente lembrado pela chacina que ocorreu em 2012, na qual jovens foram assassinados por tomar banho de cachoeira, ou ainda pelas músicas de funk em alto volume, o que envia o olhar sobre o local, rotula vivências, sua história e suas potencialidades. Explica ainda que a região já foi conhecida por plantações de laranja, e recebeu aumento populacional perto de 1930, quando o processo de urbanização iniciou na metrópole, e a região metropolitana apresentava condições de moradia fáceis e acessíveis economicamente, o que gerou um movimento de pêndulo da população dessa região de moradia, para região de trabalho.

XXX e seus territórios

No estudo realizado por Autora (2020) os profissionais do CRAS destacavam o lugar de referência que o equipamento ocupava não somente para os técnicos, mas, principalmente para moradores do local.

⁴ Instituto de Segurança Pública. <http://www.isp.rj.gov.br/>.

Gosto do que eu faço, me sinto bem, é desafiador atender e lidar com ser o humano, porque aqui a gente além de lidar com a equipe técnica, o grupo de funcionários a gente lida com as pessoas, com as mazelas das pessoas, então eles trazem essa questão da vulnerabilidade a todo tempo né, mas é algo que me instiga, algo que me faz pensar que me faz buscar, então eu gosto (ENTREVISTADO 2)

Aqui? Cem por cento, o pessoal ama isso aqui. Aqui o pessoal vive aqui, sou do CRAS, elas batem no peito com orgulho!!! Aqui é, aqui o pessoal participa legal, participa mesmo, então tem gente que a gente vê todo dia, tem gente que vem da “bom dia”, tem gente que vem da bom dia pra gente, tem gente que a gente já sabe o que vai vir falar, sempre a mesma coisa, entendeu? (ENTREVISTADO 1).

Aqui na xxx eu acho que os moradores são muito politizados, os moradores, não sei se é porque o Município ser pequeno, eles conhecem todos os vereadores, conhecem a família, sabe onde o prefeito mora conhece o prefeito desde pequeno, enfim e eles buscam muito os direitos mesmo que de uma forma às vezes bem exigente, não entende digamos o processo, como procede à questão da burocracia, algumas coisas, mas eles buscam (ENTREVISTADO 2).

Estas afirmações vão ao encontro do que foi dito anteriormente por Sposati (2013), onde encontramos o território como algo afetivo, relacional. Esta ideia é corroborada por Haesbaert (2007), o autor afirma que “para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo o território pode gerar identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007 p.20). Para o autor, todo território é funcional e simbólico; possuindo a funcionalidade da qual foi constituído como objetivo, mas de forma simbólica o mesmo é representado para aqueles que dele fazem parte. Destaca-se que não há território exclusivamente funcional, assim como, não há unicamente o território simbólico.

Verifica-se, assim, na fala dos profissionais, que há um reconhecimento do lugar que o equipamento ocupa para os moradores, atrelado a sensação de pertencimento ao trabalho desenvolvido, e passa-se a entender o alcance do trabalho do equipamento, visando a construção de vínculo com a comunidade, e a

aproximação de direitos à moradores, ou ainda pela busca dos mesmos, o que o entrevistado 2 aponta como algo evidente no cotidiano do equipamento.

A partir desta proximidade relatada pelos profissionais, o CRAS alcança um dos seus princípios de territorialização: a proximidade com o cidadão, principalmente aquele em situação de vulnerabilidade:

E aqui tem muitos casos às vezes, meninas que se envolvem com o tráfico e depois dá errado e se fizer alguma coisa fora do que eles querem, aí vem pra cá e a gente tem que escutar e não tem muito que fazer, entendeu? Ou até mesmo atender os próprios meninos do tráfico né, que eles vêm, eles também participam, então assim é toda, toda, é totalmente fora do meu contexto na verdade, de vida né, não mora em comunidade (...) (ENTREVISTADO 1).

Aqui, nooossa, aqui é um carrossel de emoções né, ainda mais com todos acontecimentos aí que veio, a enchente foi algo que me ensinou muito, trabalhar com as vítimas de enchente. Conhecer essas casas, essas famílias, vê como somos importantes pra eles, entendeu? Às vezes eles vêm aqui, aí eu vou lá aí a felicidade “ah você veio, caramba, entra aqui pra conhecer minha casa”, você não quer conhecer a casa, mas você entra pra conhecer a casa (ENTREVISTADO 2).

O trabalho do CRAS se dá por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sendo a materialização de políticas previstas, alcançando ao público ao qual foi pensado; sendo um espaço que possibilita o acesso aos direitos, destacando-se como referência de atendimento para os locais. Logo, a intencionalidade na escolha do local onde o equipamento será alocado é também parte da territorialização, visto que essa escolha deve facilitar o acesso aos direitos. (BRASIL, 2014)

Ainda, nessas falas, percebe-se o contexto e o tempo, este que marca a trajetória daqueles sujeitos, como bem descreve Cecconello e Koller (2004), sobre os diferentes ambientes ecológicos que constituem uma experiência vivida e, entre esses ambientes, há o quesito tempo, entendido nos marcos históricos e culturais que perpassam aquele território. Durante a realização das entrevistas, há pouco

havia acontecido uma enchente na região, devido a fortes chuvas, que fragilizou as moradias, os recursos e o bem-estar da comunidade.

No relato do entrevistado 2, o profissional narra essa experiência, enquanto parte da equipe técnica, vivenciando diversos sentimentos sobre o que os sujeitos estavam enfrentando, e sobre a própria aproximação com o contexto da comunidade, com intimidades e afastamentos na relação construída (“você não quer conhecer a casa, mas você entra pra conhecer a casa”), sentidos ao mesmo tempo pelo profissional. Exemplo este que se torna notória a discussão de território, na qual soma-se os aspectos físicos e geográficos da cidade, como o ocorrido nas enchentes, mas também a vivências afetivas, financeiras, relacionais que sofreram direto impacto na comunidade. E, assim, como os profissionais do equipamento se inseriram nesse contexto.

É possível ainda estabelecer um paralelo desse relato com alguns conceitos da Inserção Ecológica, que prevê a necessidade de se entender diferentes contextos, do micro ao macrossistema, seus processos, pessoas e tempos, para melhor perceber uma comunidade e suas necessidades (CECCONELLO; KOLLER, 2004). O que de fato se faz necessário para compreensão de um território e seus afetos. Ademais, as pesquisadoras apontam que, na inserção de uma pessoa diferente naquele contexto – ou aqui trabalhado, território – sendo este pesquisador, ou equipe técnica, é possível que estranhamentos iniciais ocorram, devido a diferentes territórios e contextos que estão ali em diálogo. Porém, se faz necessário uma aproximação gradual, com construção de um vínculo e relações proximais (CECCONELLO; KOLLER, 2004).

Vivência esta percebida na fala dos profissionais, que experienciam muitas emoções, chegam com categorias previamente formadas sobre aquele território (como lugar perigoso, trazida na fala do entrevistado 01 logo abaixo), e, ao passo que se relacionam com a comunidade e compreendem o território, constroem um vínculo com as pessoas, compreendem aquele ambiente e são capazes de movimentarem as propostas do equipamento, visando impacto positivo para o território.

Ao recolher dados sobre o campo pesquisado, se faz necessário uma reflexão quanto a estigmatização do bairro em questão como “violento”. Certamente que a violência se faz presente no mesmo, assim como em muitos outros lugares da baixada do Rio de Janeiro.

A gente escuta muito no jornal, “xxx, xxx”, só escuta isso “xxx mata, xxx faz isso, xxx tem tráfico, eu falei “Gente, eu vou lá só olhar”, aí cheguei aqui uma rua normal. A gente vem nessa visão né, favela é o que? Morro...cheguei, e becós e vielas, aquelas coisas estranhas. Cheguei aqui você vem de lá pra cá você vê casarões, você vê casas, você vê comércios, você vê praça muito bem arrumada. E tudo mais, você olha assim e você fala “nossa”. Só a única coisa que a gente tem aqui que é visível, que de um tempo a gente vê é a questão de drogas, tem, tem drogas ali vendendo na esquina, entendeu? Questão de tiroteio, nunca escutei não. E quando a gente tem que fazer visita, tem lugares que a gente tem que pedir permissão, e tal, e mais umas restriçõeszinhas assim. No mais é isso aí que cê tá vendo, uma rua normal como qualquer outra (ENTREVISTADO 1).

Diante de tais relatos de violências e vulnerabilidades, é possível traçar um paralelo com o conceito de necropolítica, desenvolvido por Mbembe (2018), onde discorre sobre um poder soberano que é capaz de decidir sobre a vida dos corpos e das comunidades, ditando que pode viver ou morrer, como uma proposta calculada. Sendo, então, alvo de preocupação uma soberania que não luta por autonomia em suas bases, mas que visa desfazer, fragilizar, ou ainda destruir populações.

O autor menciona ainda os estudos e contribuições de Foucault e relaciona ao poder do Estado e seu direito de matar, ou decidir quem vive, quem tem acesso a formas dignas de vida. É como se o Estado regesse, governasse, organizasse e protegesse sob a ótica do direito de matar, a necropolítica.

Esse conceito soma-se a fala do entrevistado 01 acima, quando menciona as diferentes escutas sobre um lugar violento, marcado por periculosidades, a distribuição geográfica do território, o lugar expansivo, acessível e bem percebido do tráfico de drogas, o poder, permitido, pelo tráfico na região. Ainda, acrescenta-se os

dados do Mapa das Desigualdades citado previamente, onde apresenta os índices de violência aplicada pelo próprio Estado.

Mbembe (2018, p.20) cita ainda que “é uma definição do político como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver”.

Na fala do entrevistado 01 é possível perceber ainda a presença de conceitos previamente estabelecidos para leitura daquele território. Sobre isso, Pereira e Guareschi (2014) discorrem sobre representações sociais de profissionais de um CRAS, mais especificamente de representações sociais de psicólogos do equipamento. Citam ainda Moscovici (2003) na compreensão de que as representações sociais compõem o cotidiano das relações, mas que pode ser entendido as forças ideológicas nos conceitos estabelecidos.

Assim, o modo como o profissional do equipamento relatou perceber o ambiente diz respeito a uma representação estabelecida pelo lugar. Mas, que se modificou a medida em que se inseriu no território. Diferentemente dos resultados trazidos pela pesquisa de Pereira e Guareschi (2014), os profissionais aqui descritos conseguiram verificar a relação entre questões sociais, relacionais, financeiras e políticas que permeiam o espaço, para além de tão somente os sujeitos que ali vivem.

A partir dessas discussões, entende-se que os processos de exclusão dão continuidade a geração de desigualdades sociais e violência; todavia, é função dos equipamentos de proteção se inserirem nesses espaços de vulnerabilidade, tecendo novas noções de território a medida subsidiam acesso aos direitos básicos e essenciais, “como a construção de um projeto de território dos direitos que devem expandir-se na escala nacional a todas as regiões e municípios” (BRASIL, 2014).

Ressalta-se que não apenas a criação de políticas públicas se faz necessário, mas a implementação destas como algo viável – para execução dos profissionais - e de fácil acesso para a população usuária.

Só acho que os desafios estão postos, a realidade das famílias são muito intensas, explícita, demanda muito. Acho que hoje tirando o desemprego eu acho que a questão mesmo de moradia é algo desafiador e por estarmos num local que a violência acaba atingindo os jovens, as crianças e as famílias, então nós atendemos aqui mães que três, quatro, cinco filhos estão no sistema prisional ou estão trabalhando para tráfico. A gente atende aqui que se dizem donos de boca de fumo porque os maridos estão presos e assumiram essa posição, essa condição. Então acho que o Estado, o Governo enfim, precisa pensar nessa questão dos jovens, o que trazer, que tipo de atrativo, o que podemos fazer para o jovem da periferia, para o jovem da Baixada e para as famílias, que também é isso aí (ENTREVISTADO 2).

Estas ações atravessam diretamente os profissionais que nela estão alocados; infelizmente, a rede socioprotetiva pesquisada não está devidamente capacitada para lidar com questões de violência e vulnerabilidade. A pesquisa realizada por Autora (2020) constatou que em relação ao treinamento para o cargo de psicólogos, 72,7% dos profissionais entrevistados não foram treinados para o cargo que ocupam; enquanto 27,3% dos profissionais relataram que foram treinados previamente. Quanto aos assistentes sociais 75% dos profissionais entrevistados afirmaram que não foram treinados para o cargo que ocupavam; enquanto, 25% dos profissionais, relataram que foram treinados previamente.

Ribeiro e Leite (2018) destacam como fundamental a comunicação entre os equipamentos que compõem as redes de proteção, para o que o apoio seja efetivo. Logo, os autores apontam os caminhos possíveis, como reorganizar fluxos, facilitar os encaminhamentos e subsidiar contínua formação das equipes técnicas, que seriam, de acordo com os autores, caminhos possíveis e de baixo custo, necessitando tão somente de uma mudança na lógica estrutural daqueles que põe em prática as políticas públicas, a fim de flexibilizar burocracias e tornar a proteção mais efetiva em todos os âmbitos (OLIVEIRA, *et al.*, 2006 *apud* RIBEIRO; LEITE, 2018).

Considerações Finais

As reflexões produzidas até aqui demonstram uma parte da discussão ampla sobre o que é, e como se constitui o conceito de território. As relações sociais e os diversos poderes que atravessam o conceito fazem dele um grande desafio. A construção de políticas públicas em prol da efetivação do conceito é basal, todavia, a efetividade destas leis ainda é algo a ser discutido. Ao se tratar de um território na baixada fluminense muitos são os fatores que permeiam de forma capilar a territorialização; não se pode realizar essa discussão sem falarmos de vulnerabilidades econômicas, sociais e raciais.

Logo, considera-se que as ações direcionadas aos profissionais da rede socioprotetiva devem ser pensadas de maneira direcionada, capacitando o mesmo para a multiplicidade do território. Somente através da compreensão do que este conceito é na prática os profissionais estarão aptos a construir, (re) construir e (des) construir territórios, sejam eles funcionais ou simbólicos.

Verifica-se que, na atuação desses profissionais, há fôlego e tentativas assertivas de se conectarem com a comunidade, de compreenderem aquele território com suas múltiplas funções, organizações, sentidos e significados, sendo modificados por esse ambiente, ao passo que também modificam e formam novas territorialidades, aproximando essa comunidade de estratégias e ações de direito. Contudo, vê-se ainda a importância de dar ao fôlego dos profissionais, suporte e capacitação, para que o trabalho possa alcançar mais instâncias dessa rede e desse território, de modo efetivo e duradouro. A ampliação desta discussão – no campo do social – ainda se faz necessário nas academias, tendo em vista que a formação dos profissionais tem início na mesma.

No questionamento realizado nesse artigo se o equipamento poderia de fato ser denominado enquanto serviço, através das contribuições de Sposati (2013), foi verificado a construção de uma relação recíproca e pertinente no território, uma imersão da equipe técnica ao cotidiano da comunidade, e a adesão deste equipamento a vivência dos moradores, sendo, portanto, um serviço de ação

potente. Mas, que ainda assim, necessita de estrutura para melhor desempenho e desenvolvimento.

Quanto ao território correspondente, é possível compreender as marcas das violências, sejam essas estruturais, sociais, ou ainda relacionais, das desigualdades sociais e econômicas impostas, mas, a organização da comunidade como aquela que luta por seus direitos de modo gradativo, e busca o acesso a melhores condições de cidadania. Esses caminhos têm sido percebidos como propostas ativas do CRAS na região.

Referências

ABRINQ. **Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Apoio à Execução de suas funções, 2 ed. São Paulo, Fundação ABRINQ para os Direitos da Criança, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS.** Presidência da República. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: **reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.3:** Assistência social e territorialidades -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASÍLIA. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2011.

CECCONELLO, Alessandra; KOLLER, Silvia Helena. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Silva Helena; MORAIS, Normanda; PALUDO, Simone. **Inserção**

Ecológica. Um método de estudo do desenvolvimento humano. Editora Pearson: Porto Alegre, 2004, p. 39-62.

COUTO, B. R. **O Sistema Único da Assistência Social – SUAS** na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (Orgs.). Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas. Ed 5. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 41-55.

FERREIRA, M.V. **Das terras dos laranjais a formação do bairro da Chatuba (1920-1960).** In: Revista Eletrônica Acadêmica / Faculdades Integradas Simonsem. v.6, n.6. Rio de Janeiro, 2017, p.24-32.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Rev GEOgraphia.** Niterói, v.9 n.17. p. 19- 46 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Nota técnica,** 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848&catid=8&Itemid=6. Acesso em: maio 2019.

KRAEMER, L. **Territorialidade e proteção social:** um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MAPA DAS DESIGUALDADES, 2020. Disponível em: <https://casafuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 15 dezembro de 2020.

MEDEIROS. I.P. C. **Violência intrafamiliar:** um estudo a partir da perspectiva dos profissionais da rede socioprotetiva de Mesquita/ RJ. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Ed. 7. Petrópolis: Vozes, 206 p., 2016.

PEIXOTO, Ana Cláudia et al. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. In: **Ciências da saúde** – O Trabalho de Equipes Multiprofissionais em Diferentes Contextos. Curitiba: Editora Juruá, 2019, p. 115-138.

PEREIRA, V; GUARESCHI, P. Representações sociais da psicologia sobre os usuários do CRAS: culpabilização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. **Revista Diálogo**, n. 26, 2014. Disponível em: Acesso em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1626>. 28 jan. 2021.

RIBEIRO, Leila Maria; LEITE, Ligia Maria. Violência doméstica, infância e rede de apoio. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 21, n.3, p. 646-659. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-47142018000300646&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 jan. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TOSCANO, I.G. **Governando vidas: a “proteção” às famílias e indivíduos em situação de violência intrafamiliar atendidas no PAEFI/CREAS em Manaus**. Dissertação para Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas UFAM, para obtenção de título de mestre em Serviço Social. Manaus, 2019.